

Maus tratos à Criança: Factores de risco e factores protectores

POR

RAQUEL MATOS⁽¹⁾ E BÁRBARA FIGUEIREDO⁽²⁾

Resumo

Este artigo tem em vista o levantamento e análise das circunstâncias que podem contribuir para a ocorrência de maus tratos à criança. Com base no modelo ecológico proposto por Belsky (1993), são sucessivamente expostos, nos diferentes níveis ecológicos considerados - sócio-cultural, comunitário, familiar e individual - os factores de risco e os factores protectores implicados no fenómeno dos maus tratos à criança.

Abstract

In this paper we point out and analyse the circumstances that may contribute to the occurrence of child abuse. Based in Belsky's ecological model (1993), we expose risk and protective factors associated with child abuse. These factors are referred in social and cultural, community, familiar and individual levels.

As primeiras teorias que surgiram para explicar os maus tratos à criança consideraram este fenómeno como resultado de uma desordem psicopatológica do indivíduo maltratante (Doerner & Lab, 1995). Os maus tratos foram vistos como uma consequência de desordens comportamentais, emocionais e de personalidade dos pais (e.g., Gladston, 1965; Minuchin, 1967; cit. in Pardeck, 1996). Nesta perspectiva - de que é exemplo a teoria do "Battered Child Syndrome" de Kempe (1962) - é atribuído um papel secundário ao meio social na etiologia dos maus tratos à criança.

A partir dos anos 70, surgiram algumas críticas e modelos alternativos às abordagens centradas no indivíduo. Steele (1976), por exemplo, sugeriu que o número de pais maltratantes que apresentam perturbação psicopatológica, sendo inferior a 10%, é muito mais reduzido do que se supôs anteriormente (cit in Belsky,

1993). Mais recentemente, as teorias explicativas dos maus tratos de crianças vieram a enquadrar-se numa perspectiva ecológica (e.g., Belsky, 1993), ao considerar que factores diversos concorrem para a ocorrência de maus tratos: factores sociais e culturais, comunitários, familiares e individuais, que interagem entre si e se situam em diversos níveis ecológicos de análise. Nesta perspectiva, são assim ponderados factores que vão desde um nível macroscópico (e.g., factores culturais) até um nível microscópico (e.g., factores relativos aos pais e factores relativos à criança).

De entre os vários modelos propostos na literatura para explicar a ocorrência de maus tratos à criança, é o modelo ecológico aquele que nos parece constituir a melhor abordagem conceptual e metodológica deste fenómeno, tal como se expõe a seguir.

⁽¹⁾ Mestre em Psicologia da Justiça e Assistente da área de Psicologia na Universidade Fernando Pessoa

⁽²⁾ Doutorada em Psicologia Clínica e Professora Auxiliar no Departamento de Psicologia da Universidade do Minho.

Correspondência: Raquel Matos, Universidade Fernando Pessoa, Pç. 9 de Abril, 4200 Porto

1. Factores Sociais/Culturais

As abordagens sociais/culturais, consideram que a estrutura da sociedade é responsável pela ocorrência de maus tratos à criança, uma vez que permite o recurso à agressão nas práticas educativas. Nesta perspectiva, o que se verifica na família é apenas o reflexo de tudo o que ocorre na sociedade em que se insere (Belsky, 1993).

O contexto cultural da sociedade pode facilitar ou inibir a ocorrência de maus tratos à criança, dependendo de vários aspectos, dos quais os mais importantes se referem às atitudes face à violência, face à punição física e face à criança (Belsky, 1993). A este respeito, é central a ideia de que a tolerância da sociedade em relação à violência favorece a sua ocorrência no seio da família, da qual uma das formas mais comuns são os maus tratos à criança. Verifica-se em muitos países a aceitação do recurso à punição física como meio de controlar o comportamento da criança, havendo mesmo alguns países, como por exemplo os Estados Unidos da América, onde, em alguns estados, as escolas têm o direito de punir corporalmente as crianças desobedientes (Belsky, 1993).

Relativamente à atitude cultural face à criança, Belsky (1993) relembra a crença, já muito antiga, de que as crianças são propriedades dos pais podendo, como tal, ser manejadas da forma que estes entenderem. Na opinião deste autor, apesar de assistirmos a alguns avanços na luta pelos direitos da criança, dificilmente os maus tratos serão eliminados, enquanto os pais criarem os seus filhos numa sociedade onde a violência é tolerada, a punição física é utilizada como prática educativa e a própria paternidade é construída em termos de propriedade.

2. Factores da Comunidade

Outros factores, que se situam num nível entre a família e a sociedade, têm também sido relacionados com a ocorrência de maus tratos à criança. Referimo-nos a aspectos ligados às comunidades em que as famílias se inserem.

Já em 1978, Garbarino e Crouter realizaram uma pesquisa sobre o papel da comunidade na ocorrência de maus tratos à criança, onde verificaram que as taxas desta problemática estavam altamente correlacionadas com medidas sócio-económicas, com a estrutura da família e com a satisfação residencial (cit. in Coulton, Korbin, Su, & Chow, 1995). Recentemente, face ao declínio dos contextos urbanos, alguns estudos têm

sido realizados no sentido de analisar a relação entre factores como o nível socio-económico (NSE), a interacção social, a organização social ou os recursos da comunidade, e a ocorrência de maus tratos de crianças (Matos & Machado, 1997).

a) Nível Socio-Económico

A maior parte dos estudos que se debruçam sobre as variáveis socio-demográficas associadas ao risco de maus tratos à criança, referem-se aos efeitos do baixo nível socio-económico (Brown, Cohen, Johnson, & Salzinger, 1998).

Muitos estudos mostram que a prevalência dos maus tratos à criança é maior nas classes, mais desfavorecidas (e.g., Browne & Saqi, 1988; Cerezo & D'Ocon, 1999). Alguns investigadores atribuem esta relação ao facto de nas classes mais baixas se recorrer mais à violência na resolução de problemas (e.g., Gelles, 1973, cit. in Doerner & Lab, 1995).

De qualquer modo, se estas conclusões são retiradas de estatísticas oficiais, não podemos esquecer-nos que são precisamente os indivíduos provenientes das classes sociais mais baixas aqueles que estão mais expostos aos serviços sociais, podendo haver em consequência disso um enviesamento dos dados. Este tem sido um dos argumentos apresentados por autores que discordam da associação linear entre um baixo NSE e um elevado risco de maus tratos à criança.

Há também que salientar a existência de alguns estudos que não encontraram qualquer associação entre estas duas variáveis (e.g., Altemeier et al., 1982, cit. in Ayoub, Willett, & Robinson, 1992).

Considerando os diferentes tipos de abuso, refira-se ainda que a pobreza tem sido associada à negligência (e.g., Zuravin & Greif, 1989, cit. in Brown et al., 1998), mas não ao abuso sexual (e.g., Peters, Wyatt, & Finkelhor, 1986).

b) Recursos e Serviços da Comunidade

A partir de um estudo que teve por base o nível socio-económico dos habitantes de determinadas comunidades, Garbarino e Kostelny (1992) concluíram que quando as taxas de maus tratos eram inferiores às esperadas, havia mais serviços disponíveis. Em contrapartida, Vondra e Toth (1996) referem que os pais maltratantes tendem a utilizar mais os recursos que a comunidade lhes oferece, quando comparados com os pais que não maltratam os seus filhos.

c) Organização Social

De acordo com Garbarino e Kostelny (1992), nas

comunidades em que a taxa de maus tratos de crianças é mais elevada, há maior desorganização e falta de coerência social. Furstenberg (1993) constatou que os residentes das zonas de maior risco de maus tratos, afirmam ter poucos valores em comum com os seus vizinhos, e ter poucas organizações em que participar no sentido de defenderem os interesses da comunidade onde vivem (cit. in Coulton et al, 1995, p. 1263).

Em relação aos bairros residenciais, onde a taxa de maus tratos de crianças é menor, há três aspectos a considerar ao nível da organização social comunitária: a maior capacidade dos moradores para conduzir o comportamento dos outros através de normas pro-sociais, a densidade das redes de amizade e os elevados níveis de participação em organizações locais (Sampson & Groves, 1989, cit. in ibidem, p. 1264).

d) Interação Social

À luz do facto de que o suporte social está ligado ao bem-estar físico e psicológico dos indivíduos, actuando como factor protector, é de esperar que a sua ausência esteja associado um exercer disfuncional do papel parental, que poderá resultar em maus tratos à criança. Há bastante evidência na literatura quanto à ligação entre relações sociais limitadas ou mesmo isolamento social e um elevado risco de maus tratos e negligência à criança (Belsky, 1993).

Garbarino e Sherman (1980) compararam famílias da mesma classe social, e verificaram a existência de menos redes de relações interpessoais nas famílias que estavam inseridas em comunidades com maior taxa de maus tratos. Também Starr (1988) concluiu que os pais maltratantes têm um menor número de redes sociais. Outros estudos revelam que os pais que maltratam os seus filhos têm menos contacto com e recebem menos ajuda da sua família de origem e de outros parentes (e.g., Polansky, Gaudin, Ammons, & Davis, 1985, cit. in Belsky, 1993). Coulton e colaboradores (1995) referem que as famílias maltratantes geralmente têm contacto limitado com familiares, amigos e vizinhos, e que as famílias negligentes demonstram menor predisposição para interagir com os vizinhos e percebê-los como apoiantes. Também Kotelchuck (1982) concluiu, a partir de um estudo com pais que maltratam os seus filhos, que os pais maltratantes estão socialmente mais isolados do que os pais não maltratantes (cit. in Belsky, 1993). Coulton e colaboradores (1995) confirmam esse resultado, referindo que há de facto uma ligação entre os maus tratos de crianças e o isolamento social de quem os pratica. Um estudo de Dubowitz, Hampton, Bithoney, e Newberger, (1987)

encontrou resultados de alguma forma curiosos, no sentido de as famílias onde ocorrem maus tratos apresentarem menor tendência para ter telefone em casa.

No que diz respeito à qualidade das interações sociais, há estudos que indicam que as relações sociais dos pais maltratantes diferem das dos outros pais, sendo qualitativamente menos positivas (Corse, Schmid, & Trickett, 1990, cit. in Belsky, 1993). Vondra e Toth (1996) referem que os pais que maltratam os seus filhos se sentem mais insatisfeitos com o tipo de suporte social que têm no local onde vivem. Belsky (1993) aponta que, por sua vez, também os vizinhos tendem a não pedir tanta ajuda às famílias onde ocorrem maus tratos de crianças.

Havendo um forte consenso relativamente ao facto de os pais maltratantes estarem mais isolados socialmente, resta saber, na interacção que estabelecem com a comunidade onde vivem, qual das “partes” envolvidas nesses processos interactivos mais contribui para esse isolamento. A literatura tende a apontar no sentido de serem os pais maltratantes quem mais contribui para essa evidência empírica, uma vez que não se envolvem tanto em actividades da comunidade e tendem a não falar com os vizinhos sobre os seus problemas, quando comparados com grupos de controle (Seagull, 1987, cit. in Belsky, 1993). Esta ideia poderá estar relacionada com um factor individual que tem sido relacionado com os maus tratos, o padrão de vinculação dos pais. Se tem sido encontrada uma tendência para os pais maltratantes apresentarem padrões inseguros de vinculação (e.g., Cicchetti & Toth, 1995), e os indivíduos com estes padrões se caracterizam pela dificuldade em estabelecer relações interpessoais (Main, 1994), faz sentido, na nossa opinião, que as famílias maltratantes não se relacionem tanto com os vizinhos e usufruam menos dos recursos existentes nas comunidades onde habitam.

3. Factores Familiares

Nos estudos que pretendem analisar a interacção pais-criança em famílias maltratantes, as amostras são geralmente subdivididas em dois grupos distintos - pais negligentes e pais que maltratam fisicamente os filhos (Figueiredo, 1998 a).

Relativamente à negligência, Crittenden (1985) observou que as mães negligentes são pouco responsivas, tendendo a não iniciar a interacção com a criança e a não responder às iniciativas desta.

Estudos com crianças mais velhas evidenciaram reduzidas taxas de interacção social e de comportamento pro-social por parte dos pais negligentes (Bousha & Twentyman, 1984).

De referir ainda um estudo de Burgess e Conger (1978), no qual se observou que os pais negligentes têm reacções mais negativas ao comportamento dos filhos do que os pais que maltratam fisicamente os filhos (cit. in Belsky, 1993).

Quanto aos pais que maltratam fisicamente os filhos, demonstram ser menos apoiantes, menos responsivos às iniciativas da criança e expressar menos afectos positivos, quando comparados com os outros pais (Figueiredo, 1998a).

Em relação às práticas disciplinares utilizadas com crianças mais velhas, as práticas dos pais maltratantes são bastante diferentes das dos pais não abusivos, pois recorrem mais à utilização de punição física e de comportamentos negativos, como estratégias de controle. Há também a indicação de que os pais que maltratam fisicamente os seus filhos tendem menos a variar as suas práticas disciplinares em resposta a diferentes tipos de maus comportamentos da criança (Belsky, 1993).

4. Factores Individuais

4.1. Pais

a) *História de Maus Tratos na Infância*

A história de maus tratos na infância tem sido um dos factores mais associados aos perpetradores de maus tratos à criança. Podemos mesmo constatar que algumas das teorias mais importantes na etiologia dos maus tratos à criança têm por base a experiência prévia de maus tratos na vida do actual maltratante. Dessas teorias, parece-nos importante salientar a perspectiva psicanalítica, a perspectiva transgeracional, e a teoria da vinculação.

De acordo com a perspectiva psicanalítica, a relação que os pais estabelecem com os filhos é baseada e estabelece-se na continuidade da relação que eles próprios tiveram com os seus pais durante a infância. A principal causa da ocorrência de maus tratos à criança residirá assim na qualidade da relação estabelecida pelos pais com as pessoas que deles cuidaram durante a infância. Alguns pais, tendo sido maltratados na infância, seriam conduzidos a praticar junto dos seus filhos as mesmas acções das quais foram vítimas no passado. Entre outros aspectos, verificou-se que os pais vítimas de maus tratos na infância, quando chegam à

idade adulta, tendem a elaborar expectativas muito elevadas em relação aos seus filhos, procurando que estes lhes garantam as necessidades que não foram satisfeitas durante a sua própria infância (e.g., Bizouard, Nezelof, & Bonnet, 1991). Como resultado das experiências que viveram nesse período de vida, os pais teriam dificuldade em estabelecer relações próximas e em recorrer a qualquer tipo de ajuda para melhor lidarem com as exigências do dia-a-dia com os filhos. Uma crítica que tem sido apontada a esta teoria reside no facto de não explicar porque é que alguns pais sem histórias adversas na infância maltratam os seus filhos (Oates, 1996a).

Em segundo lugar, torna-se importante referir a perspectiva da transmissão intergeracional dos maus tratos. Nos anos 70, o factor que mais se associava aos maus tratos de crianças, consistia na ocorrência de maus tratos, abuso sexual ou negligência durante a infância dos próprios indivíduos maltratantes. No entanto, hoje em dia, apesar de se reconhecer a existência de uma ligação entre maltratar e ter uma história de maus tratos, criticam-se os estudos dos anos 70, por falta de grupos de controle adequados, pelo tamanho reduzido das amostras e pelo excessivo ênfase em relatos retrospectivos (Belsky, 1993).

Com base em estudos melhor planeados, com medidas mais válidas e com grupos de comparação adequados, alguns autores encontraram uma taxa de transmissão intergeracional de maus tratos de cerca de 30%, e concluíram que *“apesar de uma história de maus tratos durante a infância colocar um indivíduo em risco de se tornar um pai maltratante, a ligação entre estes pontos está longe de ser directa ou inevitável”* (Kaufman & Zigler, 1989, p.129).

No quadro da perspectiva da transmissão intergeracional dos maus tratos, Oates (1996a) refere ainda que é possível intervir, promovendo as condições, como por exemplo o suporte social, que reduzem o risco de os maus tratos de crianças se repetirem na *“geração que se segue”*.

Finalmente, a teoria da vinculação tem sido muito utilizada para a compreensão da ocorrência de maus tratos. Desenvolvida por Bowlby (1969), esta teoria pressupõe que a sobrevivência dos seres humanos depende da existência de uma figura de vinculação, que geralmente se encontra entre os progenitores. É no primeiro ano de vida que se desenvolvem os primeiros processos de vinculação, em estreita ligação com a qualidade de resposta da mãe e do pai às solicitações da criança. Se a criança elicit comportamentos por parte dos pais, e estes não respondem ou o fazem de forma

inadequada, então a criança desenvolve uma estratégia de vinculação ansiosa/insegura (Alexander, Anderson, Brand, Schaeffer, Grelling, & Kretz, 1998).

Os estudos têm demonstrado que as crianças maltratadas desenvolvem mais padrões inseguros de vinculação aos pais (ver Figueiredo, 1998b). Têm também demonstrado que existe uma certa estabilidade da qualidade da vinculação ao longo do ciclo de vida, pelo que os indivíduos que sofreram maus tratos na infância tendem a apresentar padrões inseguros de vinculação na idade adulta (ver Figueiredo, Maia, Matos, Fernandes, & Ribeiro, 2000).

Acreditando que o padrão de vinculação é determinante na qualidade das relações que os indivíduos estabelecem com os outros, a teoria da vinculação pressupõe que as experiências de maus tratos têm implicações ao nível das estratégias de vinculação e, conseqüentemente, na forma como os adultos se relacionam com os outros em geral, e com os seus próprios filhos, em particular (Figueiredo, 1998b).

Os adultos com padrão de vinculação inseguro tendem a ser mais hostis e ansiosos, e a demonstrar menos flexibilidade. Tendem também a um maior isolamento do que os indivíduos seguros, o que poderá estar relacionado com o que referimos acerca da interacção social das famílias maltratantes.

b) Idade

Alguns estudos têm, recentemente, apontado no sentido de as mães mais jovens apresentarem um maior risco para maltratar os seus filhos (Ayoub, Willett, & Robinson, 1992).

Se os estudos demonstram que as mães adolescentes tendem a maltratar os seus filhos mais do que as mães adultas (e.g., Luster & Mittelstaedt, 1993), também demonstram que as mães mais jovens têm menos suporte social e apresentam um nível socio-económico mais baixo (e.g., Philliber e Graham, 1981). Assim, afirmar que os pais maltratantes são mais novos do que os não-maltratantes, poderá não estar correcto, uma vez que o efeito da idade tem de ser considerado em interacção com outras variáveis, tais como o nível socio-económico (Browne & Saqi, 1988). Por conseguinte, não é possível concluir que a idade é, por si só, determinante no risco de abuso, mas apenas afirmar que as mães mais jovens apresentam geralmente um conjunto de factores de risco, que as levam tendencialmente a exibir um comportamento parental menos adequado.

c) Personalidade

A literatura respeitar-te à personalidade dos pais

maltratantes é caracterizada por uma enorme contradição. Enquanto que, por exemplo Gelles (1973), a partir de uma revisão da literatura, concluiu que dos 19 traços de personalidade atribuídos a pais maltratantes, apenas 4 foram citados por mais do que um investigador, Friederich e Wheeler (1982) concluíram que há alguma evidência de que a personalidade dos perpetradores desempenha algum papel na determinação dos maus tratos à criança (cit in Belsky, 1993). Estes autores referem que os pais maltratantes têm geralmente dificuldade em controlar os impulsos, baixa auto-estima e pouca competência empática.

d) Psicopatologia

De acordo com as primeiras teorias sobre a etiologia dos maus tratos, estes seriam resultado de doença mental ou de desordem psicológica específica do ofensor. No entanto, segundo Gallardo (1994), estas teorias estão já ultrapassadas, pois quase todos os pais maltratantes se encaixam dentro dos “padrões de normalidade”. Este autor cita um estudo de Kempe, datado já de 1971, cujos resultados demonstram que apenas 10% dos pais maltratantes apresentam uma perturbação patológica, sendo que os restantes 90% foram consideradas pessoas bem adaptadas no seu meio laboral e na sua vizinhança. Contudo, há evidências empíricas que associam os maus tratos à presença de níveis elevados de depressão (e.g., Gilbreath & Cicchetti, 1990) e de ansiedade nos pais (e.g., Meier, 1985) (cit. in Belsky, 1993).

e) Recursos Psicológicos

Têm sido pesquisados dois recursos psicológicos que se julgam estar ligados ao comportamento maltratante dos pais.

Em primeiro lugar, a reactividade negativa face a acontecimentos aversivos. Por exemplo, Frodi e Lamb (1980) verificaram que os pais maltratantes eram mais reactivos fisiologicamente ao som gravado de uma criança a chorar, e experienciavam menos simpatia e maior irritação e aborrecimento em resposta ao choro da criança.

Em segundo lugar, o estilo atribucional. Por exemplo, Bugental, Blue, e Lewis (1990) verificaram que os pais maltratantes dão muita importância a acontecimentos externos e instáveis e pouca importância a factores internos e estáveis, quando atribuem causas ao sucesso das suas práticas educativas, e são particularmente reactivos a comportamentos aversivos da criança. Segundo estes autores, a escalada que leva aos maus tratos ocorre mais facilmente quando os pais

têm um estilo atribucional que presume pouco controle pessoal (cit. in Belsky, 1993).

4.2. Criança

Na literatura encontramos referência ao papel que a própria criança pode desempenhar nos padrões de comportamento parental maltratante (Vondra & Toth, 1996). Factores como a idade, a prematuridade, deficiências congénitas ou o temperamento da criança têm também sido citados como estando relacionados com a qualidade dos cuidados que recebe, como veremos já de seguida.

a) Idade

Se muitos imaginam que as vítimas de maus tratos são os bebés ou as crianças mais pequenas, os estudos demonstram que este é um fenómeno que ocorre em todas as idades, desde o recém-nascido até ao adolescente (Doerner & Lab, 1995).

Eagley (1991) concluiu que as crianças entre os 3 e os 8 anos constituem o grupo com maior número de vítimas de maus tratos. Isto poderá dever-se ao facto de as crianças dessas idades serem ainda muito vulneráveis fisicamente e, por outro lado, poderem ser mais facilmente identificadas, visto frequentarem já a escola (cit. in Belsky, 1993).

Num estudo realizado no nosso país por Amaro (1988), verificou-se que, no Porto, 58,9% dos casos de maus tratos se registavam na faixa dos 3 aos 9 anos de idade, e tanto em Lisboa como no Porto, o menor número de casos registava-se na faixa dos 0 aos 2 anos, o que poderá dever-se à dificuldade em identificar os casos que se reportam a crianças mais novas.

Mais recentemente tem-se observado uma taxa relativamente elevada de registos de maus tratos a adolescentes, o que anteriormente não acontecia. Pensa-se que tal se deve ao facto de só recentemente se ter começado a reconhecer e a denunciar estas situações como maus tratos. Por exemplo, ainda a partir do estudo de Amaro, em Lisboa, a faixa etária com maior número de casos de maus tratos é dos 10 aos 14 anos.

b) Circunstâncias físicas e psicológicas

A partir dos anos 70, os maus tratos foram relacionados com outras características das crianças, particularmente a prematuridade e o baixo peso à nascença (e.g., Loureiro & Figueiredo, 2000). No entanto, há muitos estudos cujos resultados contradizem esta associação (e.g., Kotelchuck, 1982; Starr, 1982; cit. in Belsky, 1993).

Relativamente à deficiência mental, Gallardo (1994) refere que alguns investigadores (e.g., Frodi, 1981; Kempe & Kempe, 1978) são da opinião de que esta pode relacionar-se com a ocorrência de maus tratos. Frodi (1981) destacou certos comportamentos agressivos e desagradáveis - tais como, choro estridente e contínuo, atraso em controlar os esfíncteres e repugnância por alimentos - como sendo características das crianças deficientes mentais que podem levar à ocorrência de maus tratos (cit. in Gallardo, 1994).

Outros estudos sugerem igualmente que o próprio comportamento da criança pode elicitar ou manter o fenómeno dos maus tratos, havendo alguma indicação de que as crianças maltratadas exibem mais comportamentos disruptivos do que as crianças de famílias não-problemáticas (e.g., Bousha & Twentyman, 1984; Lahey et al., 1984; cit. in Belsky, 1993).

Contudo, considerando que os pais maltratantes relatam mais problemas de comportamento nos seus filhos do que "observadores mais objectivos", há sérios fundamentos para questionar se na ocorrência de maus tratos é mais determinante o comportamento da criança ou a forma como os pais percebem esse comportamento.

5. Conclusão

São diversos os factores que concorrem para a ocorrência de maus tratos à criança, os quais se situam a diversos níveis, e interactivam entre si, na explicação do fenómeno.

Ao longo deste artigo, expusemos e discutimos a importância, na compreensão de uma circunstância tão complexa como é a ocorrência de maus tratos e negligência à criança, de um relevante conjunto de factores de risco e de factores protectores: normas sociais e culturais vigentes, qualidade da interacção e das redes de suporte e de apoio e de outros recursos e serviços existentes na comunidade, nível sócio-económico das famílias, qualidade da interacção no seio da família, e outras tantas dimensões que dizem respeito aos indivíduos em si, história de maus tratos na infância, idade, presença de psicopatologia, e recursos psicológicos dos pais, idade, maturidade, circunstâncias físicas e psicológicas da criança.

É importante esclarecer quais os factores e os mecanismos que contribuem para a ocorrência de maus tratos e negligência à criança, pois só assim será possível considerar indivíduos em risco e delinear estratégias com vista à redução dos riscos que incorrem.

Bibliografia

- ALEXANDER, P., ANDERSON, C., BRAND, B., SCHAEFFER, C., GRELLING, B., & KRETZ, L. (1998). Adult attachment and long-term effects in survivors of incest. *Child Abuse and Neglect*, 22(1), 45-61.
- AMARO, F. (1988). Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando a mendicância. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- AYOUB, C., WILLETT, J., & ROBINSON, D. (1992). Families at risk of child maltreatment: entry-level characteristics and growth in family functioning during treatment. *Child Abuse and Neglect*, 16, 495-511.
- BELSKY, J. (1993). Etiology of Child Maltreatment: A Developmental-Ecological Analysis. *Psychological Bulletin*, 114 (3), 413-434.
- BIZOUARD, P., NEZELOF, S., & BONNET, P. (1991). Maltraitance de l'enfant: sévices, abus sexuels, manifestations inaugurales. Éditions Techniques, *Encycl. Médi. Chir.* (Paris, France), Psychiatrie, 37204 H10, 4p.
- BOUSHA, D., & TWENTYMAN, C. (1984). Mother-child interactional style in abuse, neglect and control groups. *Journal of Abnormal Psychology*, 93, 106-114.
- BOWLBY, J. (1969). *Attachment and loss*. New York, Basic Books.
- BROWN, J., COHEN, P., JOHNSON, J., & SALZINGER, S. (1998). A longitudinal analysis of risk factors for child maltreatment: findings of a 17-year prospective study of officially recorded and self-reported child abuse and neglect. *Child Abuse and Neglect*, 22(11), 1065-1078.
- BROWNE, K., & SAQI, S. (1988). Approaches to screening for child abuse and neglect. In K. Browne, C. Davies, & P. Stratton (Eds.), *Early prediction and prevention of child abuse* (pp. 57-86). Chichester: John Wiley and Sons.
- CEREZO, M., & D'OCÓN, A. (1999). Sequential analyses in coercive mother-child interaction: The predictability hypothesis in abusive versus nonabusive dyads. *Child Abuse and Neglect*, 23(2), 99-113.
- CICCHETTI, D., & TOTH, S. (1995). Child maltreatment and attachment organization. In S. Goldberg, R. Muir, & J. Ken (Eds.), *Attachment theory: Social, developmental, and clinical perspectives* (pp. 279-341). London: Analytic Press.
- COULTON, C., KORBIN, J., SU, M., & CHOW, J. (1995). Measuring neighbourhood context for young children in an urban area. *American Journal of Community Psychology*, 24(1), 5-32.
- CRITTENDEN, P. (1985). Maltreated infants: vulnerability and resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 26, 85-96.
- DOERNER, W., & LAB, S. (1995). Child Maltreatment. In W. Doerner (Ed.), *Victimology* (pp. 137-158). Cincinnati: Anderson Publishing.
- DUBOVITZ, H., HAMPTON, R., BITHONEY, W., & NEWBERGER, E. (1987). Inflicted and non-inflicted injuries: differences in child and familial characteristics. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57, 525-535.
- FIGUEIREDO, B. (1998a). Maus tratos à criança e ao adolescente (I): Situação e enquadramento da problemática. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 3, 5-20.
- FIGUEIREDO, B. (1998b). Maus tratos à criança e ao adolescente (II): Considerações a respeito do impacto desenvolvimental. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 3, 197-216.
- FIGUEIREDO, B., MAIA, A., MATOS, R., FERNANDES, E., & RIBEIRO, L. (2000). Maus Tratos na Infância: Impacto desenvolvimental na idade adulta. In *Actas do Congresso Internacional: Os Mundos Sociais e Culturais da Criança* (pp. 335-452). Braga: Instituto de Estudos da Criança.
- FRODI, A., & LAMB, M. (1980). Child abuser's responses to infant smiles and cries. *Child Development*, 51, 238-241.
- GALLARDO, J. (1994). *Maus tratos à criança*. Porto: Porto Editora.
- GARBARINO, J., GUTTMAN, E., & SEELY, J. (1986). *The psychologically battered child*. San Francisco: Jossey-Bass.
- GARBARINO, J., & KOSTELNY, K. (1992). Child maltreatment as a community problem. *Child Abuse and Neglect*, 7, 455-464.
- GARBARINO, J., & SHERMAN, D. (1980). High-risk neighbourhoods and high-risk families: the human ecology of child maltreatment. *Child Development*, 49, 604-616.
- KAUFMAN, J., & ZIGLER, E. (1989). The Intergenerational Transmission of Child Abuse. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child Maltreatment: Theory and Research on the Causes and Consequences of Child Abuse*

- and Neglect* (pp. 129-150). Cambridge: Cambridge University Press.
- KEMPE, C., SILVERMAN, F., STEELE, B., DROEGEMUELLER, W., & SILVER, H. (1962). The battered child syndrome. *Journal of the American medical Association*, 181, 4-11.
- LAMB, M., FRODI, A., HWANG, C., FRODI, M., & STEINBERG, J. (1980). Mother- and father interaction involving play a holding in traditional and nontraditional swedish families. *Developmental Psychology*, 18(2), 215-221.
- LOUREIRO, E. & FIGUEIREDO, B. (2000). Prematuridade e Maus Tratos à Criança. *Infância e Sociedade*, 3, 48-67.
- LUSTER, T., & MITTELSTAEDT, M. (1993). Adolescent mothers. In T. Luster (Ed.), *Parenting: An ecological perspective*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 69-99.
- MAIN, M. (1994). *A move to the level of representation in the study of attachment organisation: Implications for psychoanalysis*. London: British Psychoanalytical Society.
- MATOS, R. & MACHADO, C. (1997). Avaliação de contextos ecológicos no estudo dos maus tratos infantis. In M. Gonçalves, I.S. Ribeiro, S. Araújo, C. Machado, L.S. Almeida & M. Simões (Orgs.), *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, 5, 293-311.
- OATES, R. (1996a). The consequences of child abuse and neglect. In J. Pardeck (Ed.), *Child Abuse and Neglect: Theory, Research, and Practice* (pp. 55-67). New York: Gordon & Breach Scientific Publications.
- OATES, R. (1996b). *The spectrum of child abuse: Assessment, treatment and prevention*. New York: Brunner/Mazel Publishers.
- PARDECK, J. (1996). Child abuse and neglect: Theory, research and practice. In J. Pardeck (Ed.), *Child Abuse and Neglect: Theory, Research, and Practice* (pp. 1-8). New York: Gordon & Breach Scientific Publications.
- PETERS, S., WYATT, G., & FINKELHOR, D. (1986). Prevalence. In D. Finkelhor (Ed.), *A sourcebook on child sexual abuse*. Newbury Park: Sage.
- PHILLIBER, S., & GRAHAM, E. (1981). The impact of age of mother on mother-child interaction patterns. *Journal of Marriage and the Family*, 81, 109-115.
- STARR, R. (1988). Physical abuse of children. In V. Van Hasselt, R. Morrison, A. Bellack, & M. Hensen (Eds.), *Handbook of Family Violence*. New York: Plenum Press, 119-155.
- VONDRA, J., & TOTH, S. (1996). Ecological perspectives on child maltreatment: research and intervention. In J. Pardeck (Ed.), *Child Abuse and Neglect: Theory, Research, and Practice* (pp. 9-27). New York: Gordon & Breach Scientific Publications.